

Sexta-Feira, 04 de Setembro de 2026

Operação Inviolável: Dentista é investigado por divulgar fotos íntimas de ex-companheira em Mato Grosso

PC cumpre mandados contra profissional acusado de registrar e compartilhar imagens sem autorização em grupos de WhatsApp

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou na quinta-feira (3) a Operação Inviolável, cumprindo dois mandados de busca e apreensão contra um dentista de 41 anos, residente em Lucas do Rio Verde. O profissional é investigado por gravar e divulgar fotos de natureza íntima de sua ex-companheira, de 46 anos, sem consentimento da mulher. A identidade do investigado foi mantida em sigilo.

Os mandados foram executados pela Delegacia Especializada de Defesa da Mulher (DEDM) de Lucas do Rio Verde em dois locais associados ao suspeito: sua residência e seu consultório odontológico, ambos situados em Sinop.

De acordo com a delegada Paula Moreira, a investigação foi iniciada quando a vítima tomou conhecimento de que seus registros sem roupa haviam sido capturados sem sua autorização e posteriormente distribuídos em diferentes grupos de WhatsApp. Terceiros que tiveram acesso ao material sensibilizaram-se e informaram a mulher, que compareceu à DEDM para efetuar a denúncia.

A denunciante contou que vivenciou um breve período de relacionamento com o dentista durante o ano anterior. Naquela ocasião, o investigado aproveitaria-se de momentos de intimidade para fotografá-la sem seu conhecimento ou consentimento.

Durante a execução dos mandados na casa e no consultório, os agentes apreenderam o celular do suspeito, que será submetido a exame pericial técnico visando localizar as imagens incriminadas e rastrear os compartilhamentos realizados.

Na residência, os policiais localizaram duas pistolas e uma espingarda calibre 12. O material não foi apreendido pois o dentista possui registro como Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC), encontrando-se o armamento em situação legal. Em função disso, não ocorreu prisão em flagrante.

Contudo, após o término das investigações e eventual indiciamento do acusado, a Polícia Federal será notificada para requerer a entrega das armas e avaliar a manutenção do registro de CAC do investigado.

As investigações prosseguem conforme os protocolos estabelecidos, aguardando-se os resultados periciais para conclusão do inquérito policial. O crime investigado classifica-se como registro e compartilhamento de material de conteúdo íntimo realizado sem consentimento.